

# Patrimonialização e Sustentabilidade do Património: Reflexão e Prospectiva



*Coordenação editorial*  
Graça Filipe, José Vale & Inês Castaño

IHC – NOVA FCSH

# Patrimonialização e Sustentabilidade do Património: Reflexão e Prospectiva

*Coordenação editorial*

Graça Filipe, José Vale & Inês Castaño

Financiado por Fundos FEDER através do Programa Operacional Factores de Competitividade – COMPETE e por Fundos Nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia no âmbito do projeto UID/HIS/04209/2013.

PATRIMONIALIZAÇÃO E SUSTENTABILIDADE DO PATRIMÓNIO.  
REFLEXÃO E PROSPECTIVA  
IHC—NOVA FCSH  
2018

ISBN: 978-989-98388-4-0

COORDENAÇÃO EDITORIAL DO E-BOOK

Graça Filipe  
José Vale  
Inês Castaño

CONCEPÇÃO GRÁFICA

Raquel Pinto,  *direcção de arte*  
Beatriz Severes

Comissão científica do Encontro  *Patrimonialização e Sustentabilidade do Património: reflexão e prospectiva* (Lisboa, FCSH-UNL, 27, 28 e 29 de Novembro de 2014)

Maria Fernanda Rollo, IHC-FCSH-UNL; Graça Filipe, IHC-FCSH-UNL; Paula Godinho, IHC-FCSH-UNL; Raquel Henriques da Silva, IHA-FCSH-UNL; Deolinda Folgado, IHC/IHA-FCSH-UNL; João Mascarenhas Mateus, CES — Universidade de Coimbra/IHC-FCSH-UNL; Elisa Calado Pinheiro, CEIS 20-Universidade de Coimbra e IHC-FCSH-UNL; Cyril Isnart, CIDEHUS, Universidade de Évora; Marta C. Lourenço, Museus da Universidade de Lisboa/UNIVERSEUM; Vitor Oliveira Jorge, Professor catedrático aposentado da Faculdade de Letras da UP/investigador do CEAACP; José Picas do Vale, IHC-FCSH-UNL; João Leal, CRIA-UNL; Miguel Angel Alvarez Areces, Presidente de INCUNA e do TICCIH — Espanha; Jean-Yves Puyo, Laboratoire Société, Environnement, Territoire (UMR CNRS 5603), Université de Pau et des Pays de l'Adour-França; Heloisa Costa, Universidade Federal da Bahia (Brasil).

CAPA: a partir de Manifesto # 7 (Época de estranheza em frente ao mundo), 2012  
Água-forte s/papel © Susana Gaudêncio

# Índice

EDITORIAL

10

## PARTE 1

PATRIMONIALIZAÇÃO E SUSTENTABILIDADE DO PATRIMÓNIO

12

À PROPOS DES RÉGIMES DE PATRIMONIALISATION: ENJEUX ET QUESTIONS

Jean Davallon

13

LA PATRIMONIALISATION DU POINT DE VUE DU VIVANT

Cécile Tardy

32

## PARTE 2

CONTEMPORANEIDADE E VALORES DO PATRIMÓNIO

42

RELEVÂNCIA, RESSONÂNCIA, ENGAJAMENTO — A MUSEOLOGIA E O PATRIMÔNIO EM AÇÃO

(Maria de Lourdes Parreiras Horta)

43

PATRIMONIALIZACIÓN DE ESPÁCIOS REPRESSIVOS: LA CÁRCEL DE CARABANCHEL Y LA MEMORIA COLECTIVA

Sergio Claudio González García

56

O PATRIMÓNIO AINDA SERÁ DE FERRO? UM OLHAR SOBRE A PATRIMONIALIZAÇÃO NO ESTADO NOVO E NO GLOBALIZADO SÉCULO XXI

Cândida Cadavez

67

EXPOSIÇÕES COMO PATRIMÓNIO. PRESERVAR E DIVULGAR A MEMÓRIA EXPOSITIVA DA FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN

Helena de Freitas; Leonor de Oliveira; Joana Baião; Lúcia Luz

79

A SEMIOSE DO ESPAÇO: SACRALIZAÇÃO GEOGRÁFICA E CONSTRUÇÃO DE PATRIMÓNIO INTANGÍVEL

Paulo Barroso

100

VALORES IMATERIAIS DO PATRIMÓNIO MUNDIAL: O CASO DO CRITÉRIO (VI)

Clara Bertrand Cabral

111

DE OBJETOS “EMPOEIRADOS” A PATRIMÓNIO CULTURAL: OS ARTEFACTOS, ESPÉCIMENS, ARQUIVOS E ESPAÇOS DE CIÊNCIA DOS ANTIGOS LICEUS PORTUGUESES

Inês Gomes; Marta Lourenço

127

PALÁCIO DE CRISTAL DO PORTO (1865) E A ESCOLA MÉDICO-CIRÚRGICA (1906): VALORIZAÇÃO PATRIMONIAL E PARADOXOS...

Sandra Abelha

138

DESPORTO, JOGOS OLÍMPICOS E VALORIZAÇÃO PATRIMONIAL

Carlos Gomes

144

OS MOINHOS DITOS HOLANDESES NA ILHA DO FAIAL — RELAÇÕES ENTRE A MEMÓRIA E A SALVAGUARDA DO PATRIMÓNIO

Ágata Biga)

152

OS VALORES DOS MONUMENTOS: A IMPORTÂNCIA DE RIEGL NO PASSADO E NO PRESENTE

Alice Nogueira Alves

161

UNIVERSIDADE DE COIMBRA — ALTA E SOFIA PATRIMÓNIO MUNDIAL: DO DESÍGNIO À REALIDADE

Joana Capela; Vitor Murtinho

173

VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO HOJE — A EXPERIÊNCIA NO ENSINO DE ARQUITETURA

Teresa Madeira da Silva

183

O DIREITO À MEMÓRIA: A POLÍTICA DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÓNIO HISTÓRICO SOB A ÓTICA DOS DIREITOS CULTURAIS

NO BRASIL

José Ricardo Oriá Fernandes

196

AS COISAS DO PRETÉRITO E AS PESSOAS DO PRESENTE: OS JOANENSES E OS RESSIGNIFICADOS DO PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO — UM ESTUDO DE CASO NA ILHA DO MARAJÓ, AMAZÔNIA BRASILEIRA

Luzia Gomes

206

PARTE 3  
PATRIMONIALIZAÇÃO, CRIATIVIDADE E MUDANÇA SOCIAL  
217

SAÚDE CULTURAL: PATRIMÔNIOS QUE TORNAM CIDADES E CIDADÃOS MAIS SAUDÁVEIS  
Heloisa Helena Fernandes Gonçalves da Costa  
218

O CONCEITO DE INTERVENÇÃO MÍNIMA EM ESPAÇOS DEDICADOS À CRIAÇÃO  
CONTEMPORÂNEA  
Helena Barranha  
230

DA FAMILIARIDADE À SURPRESA. PATRIMONIALIZAÇÃO E CRIATIVIDADE  
Inês Ferreira  
243

OS ARQUIVOS DE DESENHO E A VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO DAS CIDADES ATRAVÉS  
DO DIÁRIO GRÁFICO: O CASO DOS *URBAN SKETCHERS PORTUGAL*  
Shakil Yussuf Rahim, CIAUD/FAUL; Ana Leonor Madeira Rodrigues  
255

PENSAR O QUE NÃO SE PERDE —PRÁTICAS ARTÍSTICAS E PATRIMONIALIZAÇÃO  
Inês Castaño; Luísa Seixas  
286

COMENTÁRIO  
Adelaide Duarte  
303

GESTIONAR Y SOCIALIZAR EL PATRIMONIO DIOCESANO DE FORMA COLABORATIVA EN  
MUSEOS Y ARCHIVOS. UNA PROPUESTA DESDE LA DIÓCESIS DE BILBAO  
Anabella Barroso Arahuetes  
305

VIAJAR COM BRANQUINHO DA FONSECA: A OBRA LITERÁRIA E FOTOGRÁFICA COMO  
RECURSO PATRIMONIAL PARA A VALORIZAÇÃO DE UM LOCAL  
Maria Mota Almeida  
316

COMO A PESQUISA ACADÊMICA PODE CONTRIBUIR PARA A QUALIDADE DE VIDA NAS  
CIDADES PATRIMÔNIO  
Chiara Bianchi Ruks; Edmara Mattos Mauricio; Isabela S. de Jesus; Maria Estela Lage Santos; Lucas F.  
Baisch; Luis Gustavo R. Carvalho; Rita Chaves Fonseca; Sandra M. Galeffi  
345

MAPAS INDIVIDUAIS E COLETIVOS DE MEMÓRIAS E IDENTIDADES  
Marcelo Nascimento Bernardo da Cunha; Joseania Miranda Freitas  
354

DO TÊXTIL À MODA E DA INDÚSTRIA DO FERRO À INDÚSTRIA DA CRIATIVIDADE: FÁBRICAS CRIATIVAS E NOVOS USOS DO PATRIMÓNIO INDUSTRIAL

Mariana Rei; Mariana Silva

361

CIRCUITOS PELA TARDIA INDUSTRIALIZAÇÃO PORTUGUESA: LISBOA ENTRE DOIS MUNDOS

Susana Domingues; Sandra Marques

371

PARTE 4  
MUSEUS, TERRITÓRIOS E COMUNIDADES DE PERTENÇA  
385

PATRIMOINE, PARTICIPATION CITOYENNE ET CONTRIBUTION UNIVERSITAIRE: LE CAS DE L'ÉCOMUSÉE DU FIER MONDE

René Binette

386

O TOQUE DOS SINOS EM MINAS GERAIS: MATERIALIDADE E IMATERIALIDADE DO PATRIMÓNIO CULTURAL NO BRASIL

Ana Lúcia Abreu Gomes

397

EDUCAR EN PATRIMONIO. UNA PROPUESTA DE ENSEÑANZA — APRENDIZAJE DEL ARTE Y CULTURA ANDALUZ

Guadalupe Romero Sánchez; María de la Encarnación Cambil Hernández; Antonia García Luque

406

PATRIMÓNIO (I)MATERIAL: UMA HERANÇA (DES)VALORIZADA?

Judite Lourenço Reis

416

MUSEOLOGIA E INOVAÇÃO SOCIAL

Pedro Pereira Leite

430

MUSEU DA CIDADE DE AVEIRO — UMA ABORDAGEM SOBRE O POSICIONAMENTO NA SOCIEDADE PÓS-MODERNA

Andreia Vale Lourenço

441

MOSTEIRO/MUSEU: OLHAR COM A COMUNIDADE

Maria Teresa Amado

451

OS MOSAICOS ROMANOS DESCONTEXTUALIZADOS. ALGUNS EXEMPLOS EM COLEÇÕES DE MUSEUS ARQUEOLÓGICOS NACIONAIS E ESTRANGEIROS

Maria de Fátima Abraços

458

COMBOIOS EM FUNCIONAMENTO. BASES PARA A SUA PATRIMONIALIZAÇÃO, CRIATIVIDADE E MUDANÇA SOCIAL

António Pinto Pires

477

MUSEUS, TERRITÓRIOS E COMUNIDADES. O MUSEU NACIONAL FERROVIÁRIO NO ENTRONCAMENTO

Luís Filipe Gomes Lopes

494

O FORTE DE SÃO MIGUEL ARCANJO — NAZARÉ

Rogério Meca,

504

## PARTE 5

PATRIMÓNIO, PLANEAMENTO MULTIESCALAR E POLÍTICAS PÚBLICAS

508

A SALVAGUARDA DO PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO NOS PLANOS MUNICIPAIS DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO: O EXEMPLO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL

Gertrudes Zambujo; Maria José Sequeira; Sandra Lourenço

509

QUE FUTURO PARA AS LINHAS DE TORRES? INTERROGAÇÕES SOBRE UMA ROTA HISTÓRICA

Florbela Estêvão)

531

ROTAS DO GHARB AL-ANDALUS — UM PROJECTO EM DESENVOLVIMENTO

Natália Maria Lopes Nunes

550

A CASA DA PESCA E O ESTADO ACTUAL DAS POLÍTICAS PATRIMONIAIS

Ana Celeste Glória, Bolseira de Doutoramento da FCT (SFRH/BD/86280/2012) no IHA, FCSH-UNL (Portugal)

558

DA REVITALIZAÇÃO À RUÍNA — O CASO PARADIGMÁTICO DA QUINTA GRANDE

Ana Celeste Glória; Catarina Diz de Almeida; Daniela V. de Freitas Simões

578

AS CASAS DA CÂMARA DOS VELHOS CONCELHOS PORTUGUESES E A SUA  
PATRIMONIALIZAÇÃO — DE CENÁRIO HISTÓRICO DO PODER LOCAL DO ANTIGO REGIME A  
COMPONENTE ESSENCIAL DO PATRIMÓNIO CULTURAL PORTUGUÊS

Carlos Manuel Ferreira Caetano, IHA e CHAM-FCSH-UNL

594

PATRIMONIALISER LA BIODIVERSITÉ: L'EXEMPLE DES SUBERAIES D'AQUITAINE

Jean-Yves Puyo

607

PATRIMÓNIO INSÓLITO E PATRIMÓNIO SEM REPRESENTAÇÃO

Pedro Manuel Pedroso

620

TRANSACCIONES SOCIALES Y REGULACIONES CONJUNTAS:  
DOS PARADIGMAS METODOLÓGICOS PARA EL ANÁLISIS DE CONFLICTOS PATRIMONIALES  
EN LOS MERCADOS DE  
IQUIQUE Y VALPARAÍSO (CHILE)

Maximiliano Soto

627

NOME DOS AUTORES POR ORDEM ALFABÉTICA

643

PATRIMONIALIZAÇÃO E SUSTENTABILIDADE DO PATRIMÓNIO: REFLEXÃO E PROSPECTIVA

647

# Universidade de Coimbra — Alta e Sofia Património Mundial: do desígnio à realidade

JOANA CAPELA; VITOR MURTINHO, Departamento de Arquitectura/Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra (Portugal)

## RESUMO

Em 22 de Junho de 2013, é atribuída à *Universidade de Coimbra — Alta e Sofia* o título Património Mundial, na 37<sup>a</sup> sessão da Convenção para a Protecção do Património Mundial, decorrida no Camboja. Mas o processo de candidatura de Coimbra submetido à UNESCO começou no início da década de 80 do século XX, com contornos diferentes do que agora foi classificado, podendo ser diferenciadas três fases que se vão interligando, pela cadência dos acontecimentos.

O propósito deste trabalho é evidenciar as fases deste processo, que foi uma das primeiras iniciativas nacionais para obtenção do título da UNESCO, incidindo, particularmente, na última fase de candidatura protagonizada pela Universidade de Coimbra, realçando a valência das leituras diacrónica e sincrónica para a sua construção e para a valorização patrimonial dos conteúdos a classificar.

Este caso permite-nos ter uma percepção do entendimento do processo submetido à UNESCO, cuja evolução culmina com a proposição da componente material associada à imaterial, que do ponto de vista estratégico classificativo, se traduz numa inovação em relação às demais candidaturas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Candidatura Património Mundial, património, classificação, Universidade de Coimbra, UNESCO.

## UNIVERSITY OF COIMBRA — ALTA AND SOFIA WORLD HERITAGE: FROM THE PURPOSE TO THE REALITY

### ABSTRACT

In 22<sup>nd</sup> of June, 2013, the University of Coimbra — Alta and Sofia obtains the World Heritage title, at the 37<sup>th</sup> session of the Convention concerning the protection of the World Heritage by UNESCO, in Cambodia. But the Coimbra's World Heritage Application (WHA) process started in the beginning of the 80s, with a different intention of this which got the title and it could be verified three phases according to the events along the time.

The aim of this paper is to show these WHA's phases, putting in evidence the third period of one of the first Portuguese attempts to achieve the World Heritage UNESCO designation, outlining the diachronic and synchronic analyses in order to increase the patrimonial value of the WHA's development.

The Coimbra's case promotes the understanding of the process itself and its evolution that ends with an overlap by the material and immaterial components, a winner and innovative strategic policy in the Portuguese applications.

**KEYWORDS:** World Heritage Application, heritage, classification, University of Coimbra, UNESCO.

## INTRODUÇÃO

Uma candidatura patrimonial enquadra-se num desígnio de se querer transmitir valores que foram importantes para a construção de uma identidade, que continuam a ser, e que continuarão a ser importantes no futuro: a transmissão depende do que se quer e como se quer transmitir, e isso implica uma selecção, uma política. Sophia Labadi e Colin Long já apontaram que, cada vez mais, essas políticas assumem um papel visível, activo e estratégico para o desenvolvimento sócio-económico de uma comunidade (AA.VV, 2010) e, Michel Lacroix defende que, já entrámos na era de Noé (1997).

Para tal tem contribuído a UNESCO, fundada em 16 de Novembro de 1945, para integrar a Organização das Nações Unidas (ONU), no pós-2ª GGM, com as suas políticas de conservação e salvaguarda que assentam numa base propositiva de incentivo de práticas e acções, que visam responsabilizar internacionalmente os Estados a serem os guardiães de um património que é comum a toda a humanidade, conforme já avançava o texto da *Carta de Atenas*<sup>1</sup>.

Uma candidatura a Património Mundial (PM) baseia-se nos pressupostos estabilizados pela UNESCO, na Declaração de Paris — a *Convenção sobre a protecção do Património Cultural e Natural Mundial*, de 1972<sup>2</sup>. Tais pressupostos designam que uma candidatura a PM é uma candidatura nacional, ou seja, o proponente é o Estado ao qual pertence o bem a classificar (artigo 4º) com vista a ser inscrito na Lista do Património Mundial (artigo 11º); e, o bem proposto tem que integrar uma das duas categorias definidas, património cultural (artigo 1º) ou património natural (artigo 2º), capaz de garantir um valor universal excepcional.

A Lista do Património Mundial (LPM), qual Arca de Noé, foi criada pelo Comité do Património Mundial da UNESCO para albergar todos os bens que justificaram ser reconhecidos com a classificação PM, uma classificação prevista na Convenção do Património Mundial, em Paris (1972) e em vigor desde 17 de Dezembro de 1975 (UNESCO, 1972).

## COIMBRA PATRIMÓNIO MUNDIAL

Em 22 de Junho de 2013, é atribuída à Universidade de Coimbra — Alta e Sofia (UC — AS) o título PM<sup>3</sup> (UNESCO-WHC, 2013: 209), na 37ª sessão da Convenção para a Protecção do Património Mundial, decorrida em Phnom Penh no Camboja.

Mas Coimbra foi protagonista de um desígnio de classificação patrimonial internacional, a partir da década de 80 do século XX, com o início de um processo de candidatura para submeter à UNESCO, com contornos diferentes do que agora foi classificado. Ao longo do processo da candidatura de Coimbra à UNESCO, podem ser diferenciadas três fases que se vão interligando, pela cadência dos acontecimentos (CAPELA, 2013). Um desígnio que foi evoluindo ao longo do tempo e do espaço, conforme as políticas e os entendimentos implementados e os intervenientes no processo.

- 1 Património Mundial é um conceito que começa a ganhar forma no texto da *Carta de Atenas* de 1931, onde pela primeira vez se exprime que “*les monuments historiques sont évoqués en termes de «patrimoine artistique et archéologique de l’humanité»*” e que interessam à “*communauté des États, gardiens de la civilisation*” (AA.VV, 2002: 8-9), e que é formalmente reconhecido em 1972, na Declaração de Paris da Convenção sobre a Protecção do Património Cultural e Natural Mundial (UNESCO, 1972).
- 2 A República Portuguesa ratificou a Convenção de Paris de 1972, pelo Decreto nº 49/79, publicado no Diário da República, 1ª série, nº 130, de 06/06/1979, tendo depositado o seu instrumento de ratificação em 02/10/1980, conforme aviso publicado no Diário da República, 1ª série, nº 264, de 14/11/1980. Entrou em vigor para a República Portuguesa no dia 02/01/1981, conforme os termos do artigo 33º, da Convenção de Paris de 1972. Cf. Aviso nº 109/2013, publicado no Diário da República, 1ª série, nº 218, de 11/11/2013.
- 3 Decisão 37 COM 8B.38 adoptada pelo World Heritage Committee, documento WHC-13/37.COM/20.

## FASE 1 — de 1982 a 1998

A primeira fase começa ainda no rescaldo de décadas produtivas de debate teórico e iniciativas de regulamentação normativa internacional<sup>4</sup>, como foram as do pós-2ª GGM, bem como, de propostas de intervenção em contexto urbano destruído<sup>5</sup> ou consolidado<sup>6</sup>, que contribuíram para a aclamação de temas, denominações e conceitos, entre os quais o *Centro Histórico*<sup>7</sup> (CH) e, assiste-se a propostas de inúmeras candidaturas europeias para inscrição de cidades e CHs de cidades europeias na LPM<sup>8</sup>.

Sob o desafio proposto pelo programa organizado pelo Museu Nacional Machado de Castro (MNMC), “*Coimbra Antiga e a Vivificação dos Centros Históricos*”, entre 1981 e 1983<sup>9</sup>, são realizadas algumas iniciativas<sup>10</sup>, no sentido de comemorar o 70º Aniversário da criação do Museu em 1911, promovendo a abertura deste à cidade e à comunidade (LOPES, 1983), sob a declaração do *Ano Internacional de Recuperação das Cidades Históricas* (1981) pelo Conselho Europeu.

Uma dessas iniciativas, o seminário “*Recuperação dos Centros Históricos*” que esteve a cargo de Donald Insall, arquitecto e consultor da UNESCO, tornou-se fundamental, pelos debates e trocas de conhecimentos, para que em 17 de Março de 1982, sob a responsabilidade de Matilde Sousa Franco, directora do MNMC, fosse feito o pedido para “*inscrição do Centro Histórico de Coimbra na lista do património mundial, como candidato à bandeira de honra da UNESCO*” (LOPES, 1983: 15), ao Estado Português e posteriormente, à UNESCO.

Em 7 de Junho de 1982, o Secretário de Estado da Cultura deu despacho favorável à pretensão, no entanto, segundo Matilde de Sousa Franco, esta intenção foi inviabilizada pelo Instituto Português do Património Cultural (IPPC) sem haver justificação válida (FRANCO, 1984: 134-135).

Passados alguns anos, em 15 de Junho de 1987, a Câmara Municipal de Coimbra (CMC) aprova, em reunião, a proposta de classificação da Área Monumental da Cidade de Coimbra e suas zonas de protecção<sup>11</sup>, que compreendia cinco zonas de protecção à altura: a área central monumental da cidade, os imóveis e sítios do Parque de Santa Cruz ao Penedo da Saudade, a Igreja de Santo António dos Olivais, a área monumental de Santa Clara e a Lapa dos Esteiros<sup>12</sup>.

Um novo entendimento surge em paralelo, em Outubro de 1987, aquando a realização do *I Encontro sobre a Alta de Coimbra*, organizado pelo Grupo de Arqueologia e Arte do Centro (GAAC), cujo objectivo principal era a promoção da importância da Alta de Coimbra, enquanto “*repositório de valores, (...) manancial de*

4 Cf. AGUIAR, 2002; JOKILEHTO, 2005; LOPES e CORREIA, 2004; LOPES, 1983; RODERS, 2007; UNESCO, 1972.

5 Varsóvia, Londres, Berlim, Florença, Roma, Verona, Ruão entre outras (JOKILEHTO, 2005).

6 Como o caso de Bolonha, em 1969, por Campos Venuti e Leonardo Benevolo numa primeira fase e depois por Pier Luigi Cervellati e Scannavinni (GONÇALVES, 2013).

7 Não havia definição para *centro histórico*. Aliás, o conceito era negado em si (cf. ARGAN, 1982 in AA.VV, 1990), embora não houvesse uma outra expressão linguística capaz de expressar a ideia que se pretendia — “*c’è il senso di una attività convergente intorno a certi spazi, a certi essenze, e naturalmente, anche di certi spazi e certi immagini, un certo aspetto e una certa figura della città... il centro storico è in realtà la città preindustriale.*” (ARGAN, 1982 in AA.VV, 1990: 15-16)

8 Cf. Lista do Património Mundial. In <http://whc.unesco.org/pg.cfm?cid=31&l=en&&&mode=table>, acedido em 06/09/2013.

9 Estava previsto que o programa *Coimbra Antiga e a Vivificação dos Centros Históricos* decorresse entre Março e Dezembro de 1981; devido à sua pertinência, “*considerada pioneira*” (LOPES, 1983: 9). A Associação dos Arquitectos Portugueses, numa das suas circulares informativas, apontaram esta iniciativa como sendo a “*única actividade relacionada com o Ano Internacional de Recuperação das Cidades Históricas*” (FRANCO, 1984: 134). O programa foi prolongado por 1982, sofrendo um novo prolongamento em 1983.

10 Iniciativas/actividades do programa descritas sob temas: 1) Exposições, 2) Conferências, 3) Debates, 4) Seminários, 5) Visitas guiadas, 6) Pedido de inscrição do Centro Histórico de Coimbra na lista do Património Mundial da Unesco, 7) Projecção de filmes, 8) Concurso de fotografia, 9) Algumas das intervenções Museu em prol do património cultural conimbricense, 10) Publicações e 11) Outras iniciativas e actividades. Um dos objectivos a que o programa se propunha era contribuir para uma definição de *centro histórico* e, conseqüentemente, para a criação de instrumentos normativo-legais. Cf. LOPES, 1983.

11 Em 27 de Outubro de 1987, a Assembleia Municipal de Coimbra (AMC) também aprova, a decisão da CMC. Cf. *Documento em Arquivo* (7).

12 Cf. *Documento em Arquivo* (9).

*riquezas, (...) património de Coimbra, de Portugal e do Mundo*” (AA.VV, 1988: 339), com vista à formalização de uma candidatura a PM (AA.VV, 1988) que não chegou a ser concretizada.

Dez anos depois do primeiro desígnio, surge uma nova candidatura proposta pela Câmara Municipal de Coimbra (CMC) intitulada *Núcleo Histórico da Cidade de Coimbra a Património Mundial* (1992)<sup>13</sup>, que também não teve sucesso.

Em 1994, é realizado o *II Encontro sobre a Alta*, uma oportunidade para avançar com a candidatura da Alta de Coimbra a PM, pelo GAAC.

No final de 1995<sup>14</sup>, a CMC junta-se à intenção de candidatar a Alta de Coimbra a PM, mas a primeira candidatura formal apresentada à Comissão Nacional da UNESCO (CNU) data de 17 de Março de 1997, e é designada como *Documento Preliminar de Candidatura a Património Mundial 15*, tendo sido também entregue ao Ministro da Cultura, quando este visitou Coimbra<sup>16</sup>. Mas mais uma vez, Coimbra vê gorada a sua intenção de reconhecimento internacional<sup>17</sup>.

Em 1998, o processo desaparece da Divisão de Recursos Humanos da CMC<sup>18</sup>, e com ele, termina uma fase de tentativas, experiências e hipóteses de classificação de áreas urbanas, que embora diferentes entre si, apontavam para a classificação da área fundacional da cidade de Coimbra.

## FASE 2 — de 1998 a 2003

Consideramos a fase seguinte como sendo intermédia, caracterizando-se por um período de trabalho de “bastidores” (CAPELA, 2013) protagonizado, paralelamente, por duas entidades fundamentais no processo: a CMC e a UC.

Após o episódio do desaparecimento do processo de candidatura a PM, a CMC tenta reconstituir o processo e promove a criação de instrumentos legais e equipas técnicas para a reconversão e recuperação urbanística do designado CH, como a constituição do *Gabinete Técnico Local da Alta de Coimbra* (24/01/2002)<sup>19</sup> e do *Gabinete para o Centro Histórico* (27/05/2002)<sup>20</sup>, o *Regulamento Municipal de Edificação, Recuperação e Reconversão Urbanística da Área Crítica do Centro Histórico da Cidade de Coimbra* (2002)<sup>21</sup> e a criação da *Área Crítica de Recuperação e Reconversão Urbanística a Zona Histórica Intramuros da Cidade de Coimbra* (2003)<sup>22</sup>.

Simultaneamente, a UC desenvolve uma fase de introspecção, produzindo conhecimento de e para si própria, promovendo estudos, conferências, colóquios, seminários e concursos de ideias segundo a abordagem da importância do papel que a Universidade desempenhou na cidade, no país e no mundo: foram desenvolvidas discussões subordinados ao tema *Construir a Univer(sc)idade*, baseados em estudos e intenções

13 In “*Memorando Processual*”, cf. *Documento em Arquivo* (4).

14 Cf. *Documento em Arquivo* (2).

15 Cf. *Documento em Arquivo* (8).

16 Cf. *Documento em Arquivo* (5).

17 Cf. A resposta do Presidente da CNU, para o Presidente da CMC. Cf. *Documento em Arquivo* (6 e 10).

18 Cf. *Documento em Arquivo* (3).

19 Constituído por protocolo entre a Câmara Municipal de Coimbra, a Direcção-Geral de Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano e a Direcção Regional do Ambiente e do Ordenamento do Território do Centro.

20 Que de acordo com o Regulamento Orgânico da CMC, uma das competências atribuídas ao GCH é “acompanhar o desenvolvimento de todas as iniciativas tendentes ao alcançar do objectivo último de preparação da candidatura de Coimbra a património da humanidade”. In [http://www.cm-coimbra.pt/index.php?option=com\\_content&task=view&id=191&Itemid=455](http://www.cm-coimbra.pt/index.php?option=com_content&task=view&id=191&Itemid=455), acedido em 25/10/2013.

21 Edital nº 278/2002 do Município de Coimbra. In [www.cm-coimbra.pt](http://www.cm-coimbra.pt), acedido em 25/10/2013.

22 Decreto nº 44/2003, republicado em Diário da República, 1.ª Série-B, nº 221, de 24/09/2003.

que já se manifestavam desde 1995 (com o concurso de ideias para o plano de reconversão dos espaços dos Colégios de São Jerónimo, das Artes, Laboratório Químico e área envolvente), relativos à reestruturação da Alta Universitária e da construção dos novos Pólos Universitários (AA.VV, 1997), nomeadamente através dos Colóquios, em 1999 *Os Colégios da Sofia*, em 2000 *A Alta de Volta* e em 2001 *Os Segredos do Paço*.

Em 2003, são vários os acontecimentos que oficializam a intenção de uma classificação da UNESCO: em Abril, a Reitoria edita “*Universidade de Coimbra, Património Mundial*”; em Junho é lançado o Caderno da Rua Larga nº 1, intitulado “O Paço das Escolas revisitado”, e; em Julho, é formalizado o pedido de candidatura da Universidade de Coimbra a PM, ao Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Ainda neste ano é realizado, no âmbito de *Coimbra 2003: Capital Nacional da Cultura*, o *Seminário Internacional CidadeSofia*, onde se fazem leituras sobre a relação entre a cidade e a universidade em várias cidades universitárias (algumas PM), nacionais e internacionais.

### FASE 3 — de 2004 a 22 de Junho de 2013

A última fase corresponde à formalização e desenvolvimento do processo de candidatura da UC a PM, terminando com a atribuição do título, pela UNESCO.

O ano de 2004 veio a revelar-se um marco no processo de candidatura: em Maio a Comissão Nacional da UNESCO inclui a UC na lista indicativa dos bens propostos a candidatos ao título PM (14/05/2004); em Outubro, é constituído o Gabinete de Candidatura à UNESCO (GCU), e; em Dezembro, o Reitor formaliza convites para a constituição da Comissão Científica da Candidatura.

De 2005 a 2008, há não só uma vastíssima componente protocolar entre a Universidade e diversas instituições, como também há a apresentação pública da Candidatura da UC, na Biblioteca Joanina<sup>23</sup>, é realizado o *I Encontro Internacional do Património Mundial de Origem Portuguesa* (2006), é realizado o *Encontro Universidade de Coimbra: Univer(sc)idade — desafios e propostas de uma candidatura a património da humanidade* (2007), organizado pelo GCU, CMC e ICOMOS-Portugal e diversos apoios públicos à candidatura .

Em 2009, sublinha-se a distinção atribuída à UC pelo Prémio da União Europeia para o Património Cultural — *Europa Nostra 2009*, pela intervenção na Via Latina; em 2010, a Torre da Universidade começa a ser restaurada, assim como é realizado o *II Encontro Internacional do Património Mundial de Origem Portuguesa* e, ainda, a entrega formal da candidatura *Universidade de Coimbra — Alta e Sofia* ao Governo Português.

Entre 2010 a 2013<sup>24</sup>, são realizados procedimentos e estudos técnicos de acordo com as conversações e pareceres emitidos pelos enviados da UNESCO/ICOMOS, para a verificação, análise e avaliação do processo de candidatura, bem como a constituição da Associação RUAS, em 2012.

## DO DESÍGNIO À REALIDADE

23 Em 19 de Abril de 2005, é apresentado publicamente o *Guião de Candidatura da Universidade de Coimbra a Património Mundial*. Cf. *Documento em Arquivo* (11).

24 A 1 de Março de 2012, o World Heritage Centre aceita a candidatura da UC — AS a PM, por o processo administrativo se encontrar completo. No entanto, informa que o processo estaria sujeito a avaliação técnica, e que esta seria realizada pelo ICOMOS. Cf. *Documento em Arquivo* (1).

Verifica-se uma evolução conceptual, ao longo do processo, quanto ao espaço da cidade considerado com valor patrimonial e com potencialidades para ser classificado internacionalmente. Contudo, é na 1ª fase que esta verificação mais se evidencia, surgindo espaços e denominações de forma contínua e consecutiva entendíveis com valor patrimonial de nível internacional.

Num primeiro momento, o Centro Histórico era o mote apresentado pelo MNMC, para garantir o sucesso junto da UNESCO; uns anos mais tarde, em 1987, foi considerada a Alta de Coimbra, pelo GAAC, como o espaço da cidade privilegiado para tal, apesar da CMC e a AMC assumirem a preferência pela Área Monumental da Cidade e sua zona de protecção; já em 1992, a CMC considera que o Núcleo Histórico da Cidade de Coimbra é a área da cidade com argumentos válidos para submeter à UNESCO; e em 1995, a mesma CMC admite ser a Alta de Coimbra, a melhor opção, chegando a concretizar o acto de candidatura, ao enviar o *Documento Preliminar de Candidatura* à CNU, em 1997<sup>25</sup>.

Devemos sublinhar, contudo, alguns acontecimentos externos ao processo mas que contribuíram para o desenvolvimento do pensamento crítico na área disciplinar da arquitectura na cidade de Coimbra:

1. A abertura do Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra (DARQ), em 1988, que vai desempenhar um papel fundamental, sobretudo, a partir de 1992, com o projecto de Fernando Távora, arquitecto, para a requalificação da Baixa e da Praça 8 de Maio (RAMOS, 2013) e, também em 1995, quer com os míticos *Encontros de Tomar*<sup>26</sup>, quer com o concurso de ideias para a Alta Universitária, o “*plano de reconversão dos espaços dos Colégios de São Jerónimo, das Artes, Laboratório Químico e área envolvente*” (AA.VV, 1997). O DARQ também veio proporcionar um aumento de produção científica na área disciplinar da arquitectura, tendo a cidade de Coimbra como objecto de estudo, uma lacuna até então verificada, que foi sendo superada e que poderá ser apontada como explicação de muitas hesitações verificadas na primeira fase do processo;
2. A implementação do Plano Director Municipal de Coimbra, em 1994, que veio estabilizar a área considerada e denominada como CH e que vai congrega as áreas entendidas com valor, propostas e discutidas para a classificação a PM.

Estes acontecimentos e contributos sequenciais vão questionar a cidade sobre o seu espaço urbano fundacional, o CH, enquanto espaço de identidade comum, dando um impulso e influenciando as fases seguintes do processo de candidatura a PM.

É a partir desta reflexão sobre a cidade, que a Universidade começa a ganhar protagonismo no processo, sendo ainda coadjuvada por alguns acontecimentos externos de grande relevo, cuja influência foi decisiva para a última fase de candidatura da UC à UNESCO: em 1998, a Universidade de Alcalá de Henares é classificada PM, e; em 2003, a UNESCO, com a *Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Intangível ou Imaterial*, possibilita que os símbolos caracterizadores da diversidade cultural possam também ser classificados PM.

25 Cf. *Documento em Arquivo* (8).

26 Encontro dos docentes do DARQ da FCTUC, para debater o ensino da arquitectura no DARQ, realizado em Março de 1995, em Tomar, onde se assumia que o objecto de trabalho privilegiado da escola era a cidade de Coimbra (ENCONTROS DE TOMAR, 1997: 20).

Assim, 2003 assume-se como um ano charneira no processo de candidatura de Coimbra à UNESCO, ou se se preferir, o ano zero da candidatura da Universidade a PM, propulsor duma nova fase que assenta na originalidade do processo da Candidatura da UC a PM, Cultural Material e Imaterial da Humanidade, em território nacional, sendo o primeiro caso português ou de influência portuguesa a alcançar a classificação PM, com as vertentes cultural material e imaterial<sup>27</sup>, pese embora a vivência dos vários costumes, usos e tradições da vida académica, como as festas e os cerimoniais académicos, a Canção de Coimbra ou as Repúblicas, tornem grande parte da vertente imaterial desta candidatura, numa vivência espacial, sobretudo, ao longo do espaço urbano correspondente à área do bem e de protecção do bem.

A classificação vem, ainda, reforçar um carácter de excepção do contexto ibérico na Europa, uma vez que a Universidade de Alcalá de Henares<sup>28</sup>, fundada em 1293 e PM desde 1998, com os mesmos critérios de classificação da UC (ii, iv e vi), era a única Universidade Europeia na LPM até 2013.

No entanto, devemos perceber que, não é só a área do bem que passa a gozar de um estatuto de reconhecimento internacional. Também a cidade passa a ser reconhecida como tal, se bem que, neste caso, pensar a UC sem o seu contexto urbano, seria negar a história da própria cidade, já que *“Coimbra é, aliás, um caso raro, senão mesmo único, do urbanismo português, em que no seu conjunto uma cidade se transformou numa estrutura mono-funcional, quase um equipamento por alguns séculos”*, como referiu Walter Rossa (2001: 11). Uma realidade que teve influência nas geometrias de gestão (espacial) da cidade, do país e do mundo, no passado, e que se torna promotor da dinâmica de recuperação e requalificação dos espaços submetidos à área da candidatura da UC à UNESCO.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A cidade (e a sua imagem) é uma herança cultural europeia e, também, um recurso económico, como foi recentemente apontado pelo Conselho da União Europeia (2014), que deve ser equacionado estrategicamente no desenvolvimento urbano sustentável.

A identidade de Coimbra durante muitos séculos foi consolidada na imagem da Universidade e na sua capacidade para estipular os protocolos de organização do território, de tal modo que, é possível identificar a cidade pelo contributo político-cultural, que a UC imprimiu na cidade, no país e no mundo, principalmente, pela estabilização dessa imagem ao longo dos tempos. E é esse legado cultural, quer material quer imaterial, que tem sido condicionante da forma urbana e, ao mesmo tempo, condicionado por ela, que serviu de base de justificação do seu valor universal excepcional apresentado à UNESCO.

As valências e condicionantes exploradas e impostas pelo processo de candidatura a PM vão ser repercutidas, em particular, na área classificada e no perímetro definido como zona de protecção, mas também, por toda a cidade, porque também é a cidade que é reconhecida no processo classificativo.

27 Portugal apresenta-se representado com quinze bens inscritos na LPM: catorze bens Património Cultural e um Património Natural. Dos catorze Património Cultural, quatro são referentes a Centro Histórico, quatro são referentes a Monumento, cinco são referentes a Paisagem Cultural e um referente a Universidade. A Universidade de Coimbra — Alta e Sofia, enquanto Património Mundial, ainda responde à vertente material e à vertente imaterial. O Fado foi classificado Património Cultural Imaterial da Humanidade, em 27/11/2011, no VI Comité Intergovernamental da UNESCO, em Bali — Indonésia.

28 O Estudo Geral de Alcalá de Henares, assim como o Estudo Geral Português e mais tarde de Coimbra, foi fundado no final do século XIII (1293), tendo sofrido reformas profundas de reestruturação física e científica, a partir do final do século XV (1499), com o cardeal Cisneros. O arquitecto Pedro Gumiel desenvolveu um plano de cidade universitária, baseado no ideal de Cisneros, concretizando-o a oriente da muralha medieval da cidade, dando origem à primeira cidade universitária ocidental planificada (AA.VV, 2012).

Como Labadi e Long afirmavam (2010), o património e os sítios classificados desempenham várias funções e vários papéis: o processo da classificação patrimonial torna possível estabelecer estratégias de marketing, não só para atrair turistas mas também para fomentar a recriação da identidade local<sup>29</sup>. Em Coimbra, mais uma vez, o contributo do envolvimento da cidade no processo para potenciar a salvaguarda e a protecção do espaço urbano dito “histórico”, passa pelo impulso criado pela UC, nessa tentativa de se (re) apresentar ao mundo e de (re)assumir um desígnio que também é da cidade.

Ao entrar na LPM, a nova Arca de Noé, a UC e a cidade aceitam um estatuto de responsabilidade para com as gerações futuras, por se querer legar uma herança recebida, considerada válida e actual, não só ao nível da promoção do desenvolvimento cultural como também ao nível do desenvolvimento urbano, permitindo uma mais uma oportunidade, para que se discuta a cidade que queremos para o futuro, na assunção de que será melhor do que aquela que temos hoje.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AA.VV. *Alta de Coimbra: história, arte, tradição: 1º encontro sobre a Alta de Coimbra, Coimbra... 1987: actas*. Coimbra: Grupo de Arqueologia e Arte do Centro, 1988.

AA.VV. *CidadeSofia — a cidade como território de produção e projecção do saber contemporâneo*. In Actas do Seminário Internacional *CidadeSofia — Coimbra 2003*, GRANDE, N. e LOBO, R. (ed.s), Coimbra: EDARQ, 2005.

AA.VV. *Heritage and globalisation*. LABADI, S. e LONG, C. (ed.), Londres: Routledge, 2010.

AA.VV. *Il concetto di centro storico. Ricerca archeologica, recupero, conservazione, riuso, protezione dei Beni Culturali*. SERRA, J. R. (ed.), Milão: Guerini Studio, 1990.

AA.VV. *La conférence d’Athènes sur la conservation artistique et historique des monuments (1931)*. CHOAY, F. (ed.). Les éditions de l’imprimeur, 2002.

AA.VV. *Universidad de Alcalá. Patrimonio de la Humanidad — World Heritage*. RIVERA BLANCO, J. (coord.), Madrid: Universidad de Alcalá, 2012.

AA.VV. *Universidade de Coimbra — Alta e Sofia*. LOPES, N. R. (coord.), Coimbra: Universidade de Coimbra, 2012.

AGUIAR, J. *Cor e cidade histórica. Ensaios cromáticos e conservação do património*. Porto: FAUP, 2002.

CAPELA, J. “A classificação Património Mundial na problemática disciplinar da arquitectura. O caso de Coimbra”. Comunicação apresentada no IV Colóquio Internacional de Doutorandos do CES — *Coimbra C: dialogar com os tempos e os lugares do(s) mundo(s)*, FEUC, Coimbra, 6-7 de Dezembro, 2013.

CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA. *Conclusions on cultural heritage as a strategic resource for a sustainable Europe*. Encontro do Conselho para a Educação, Juventude, Cultura e Desporto, Bruxelas, 2014. Acedido em 20/07/2014. <http://www.gr2014.eu/sites/default/files/conclusion%20cultural%20heritage.pdf>.

ENCONTROS DE TOMAR. *I Encontro sobre o ensino da arquitectura na Universidade de Coimbra — Março 1995*. Coimbra: Edarq, 1997.

FRANCO, M. S. *Programa «Coimbra antiga e a vivificação dos centros históricos»*. Coimbra: Museu Nacional de Machado de Castro, 1983.

FRANCO, M. S. *Quatro anos na Direcção do Museu Nacional de Machado de Castro*. Coimbra: Ministério da Cultura, Instituto Português do Património Cultural, Museu Nacional de Machado de Castro, 1984.

GCH-CMC. *Dossier preliminar de candidatura de Coimbra à classificação de Património Mundial e da Humanidade*. Coimbra: CMC, 1997.

<sup>29</sup> “Heritage is also seen as an important element, (...), to place marketing strategies, not only to attract tourists but also to help in the re-creation of local identities” (AA.VV, 2010: 7).

- GONÇALVES, A. *Património urban(ístic)o e planeamento da salvaguarda. Os seus contributos para a desagregação urbana e a necessidade de (re)habilitar a patrimónilização da cidade na sua (re)feitura*. Dissertação de Doutoramento em Arquitectura, Universidade de Coimbra, 2011.
- ICOMOS. *Guia de gestão de cidades património mundial*. Organization of World Heritage Cities (OWHC), 2008. Acedido em 10/11/2013. <http://icomos.org/en/home-doc>.
- JOKILEHTO, J. *A history of architectural conservation*. Dissertação de Doutoramento, Universidade de York, 2005. (texto original de 1986)
- LACROIX, M. *Le principe de Noé ou l'Éthique de la sauvegarde*. Flammarion, 1997.
- LOPES, F. e Miguel Brito CORREIA. *Património arquitectónico e arqueológico. Cartas, recomendações e convenções internacionais*. Lisboa: Livros Horizonte, 2004.
- LOPES, L. M. C. A. *A alteração da pedra em monumentos e as acções da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais*. Programa «Coimbra antiga e a vivificação dos centros históricos», Coimbra: Museu Nacional de Machado de Castro, 1983.
- MURTINHO, V. “O dever da memória, o imperativo da renovação”. *Rua Larga*, nº 36 (2012): 8-9.
- RAMOS, C. “Távora e o sentido das permanências na contemporaneidade: do Largo de Sansão ao Plano Geral da Baixa de Coimbra”. Apresentação em *Annual Conference of the Portuguese Network of Urban Morphology — PNUM*, Coimbra, 2013.
- RODERS, A. *Re-architecture. Lifespan rehabilitation of built heritage*. Dissertação de Doutoramento em Arquitectura, Eindhoven University of Technology, Eindhoven, 2007.
- ROSSA, W. *Diver(sc)idade urbanografia do espaço de Coimbra até ao estabelecimento definitivo da universidade*. Dissertação de Doutoramento em Arquitectura, Universidade de Coimbra, 2001.
- UNESCO. *Convention concerning the Protection of the World Cultural and Natural Heritage 1972*. Paris: UNESCO, 1972. Acedido em 26/09/2014. [http://portal.unesco.org/en/ev.php-URL\\_ID=13055&URL\\_DO=DO\\_TOPIC&URL\\_SECTION=201.html](http://portal.unesco.org/en/ev.php-URL_ID=13055&URL_DO=DO_TOPIC&URL_SECTION=201.html).
- UNESCO. *Convention for the safeguarding of the intangible cultural heritage*. Paris: UNESCO, 2003. Acedido em 26/09/2014. <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001325/132540e.pdf>.
- UNESCO, WHC. *WHC-13/37.COM/20: Convention concerning the protection of the World Cultural and Natural Heritage. Decisions adopted by the World Heritage Committee at its 37th session (Phnom Penh, 2013)*. Paris: World Heritage Committee, UNESCO, 2013. Acedido em 29/07/2013. <http://whc.unesco.org/en/sessions/37COM/>.

#### DOCUMENTOS EM ARQUIVO

1. França. World Heritage Centre. RAO, K. (1997) — *Nomination of University of Coimbra — Alta and Sofia (Portugal) for inscription on the World Heritage List (C 1387)*. Património Mundial (Proc.: Documentos Oficiais; Doc.: Ofício nº CLT/WHC/PSM/12/AB/57, 01/03/2012). RUAS, Coimbra.
2. Portugal. Câmara Municipal de Coimbra. ALBUQUERQUE, A. P. (1996) — *Candidatura de Coimbra a Património Mundial: ponto de situação*. Processo Património Mundial (Proc.: 2014/CH.chDCH/3 — GCH, Pasta 3/8; Doc.: Informação nº 85, 11/06/1996). GCH, Coimbra.
3. Portugal. Câmara Municipal de Coimbra. ALBUQUERQUE, A. P. (1999a) — *Candidatura a Património Mundial: definição de estratégias para o próximo ano*. Processo Património Mundial (Proc.: 2014/CH.chDCH/3 — GCH, Pasta 3/8; Doc.: Informação nº 637/99, 30/12/1999). GCH, Coimbra.
4. Portugal. Câmara Municipal de Coimbra. ALBUQUERQUE, A. P. (1999b) — *Candidatura a Património Mundial: proposta de solicitação de um ponto de situação do processo à DiRH*. Processo Património Mundial (Proc.: 2014/CH.chDCH/3 — GCH, Pasta 3/8; Doc.: Informação nº 180/99, 21/04/1999, proc. nº 1393/99). GCH, Coimbra.
5. Portugal. Câmara Municipal de Coimbra. ALBUQUERQUE, A. P. (2000) — *Cedência de informação acerca do Processo Património Mundial para divulgação na internet*. Processo Património Mundial (Proc.: 2014/CH.chDCH/3 — GCH, Pasta 3/8; Doc.: Informação nº 231, 24/05/2000, proc. nº 1672/00). GCH, Coimbra.
6. Portugal. Câmara Municipal de Coimbra. ALBUQUERQUE, A. P. (2002) — *Comissão Nacional da UNESCO: resposta à solicitação da CMC no âmbito do Processo de Candidatura a Património Mundial*. Processo Património

Mundial (Proc.: 2014/CH.chDCH/3 — GCH, Pasta 4/8; Doc.: Informação nº 74, 13/12/2002, processo nº 2462/00). GCH, Coimbra.

7. Portugal. Câmara Municipal de Coimbra. LOBO, C. (1987) — *Zonas de Protecção*. Processo Património Mundial (Proc.: 2014/CH.chDCH/3 — GCH, Pasta 3/8; Doc.: Informação nº 56/87, 27/03/1987). GCH, Coimbra.
8. Portugal. Câmara Municipal de Coimbra. MACHADO, M. (1997) — *Candidatura de Coimbra a Património Mundial — envio do Documento Preliminar de Candidatura*. Processo Património Mundial (Proc.: 2014/CH.chDCH/3 — GCH, Pasta 3/8; Doc.: Ofício nº 4926, 17/03/1997). GCH, Coimbra.
9. Portugal. Câmara Municipal de Coimbra. MOREIRA, A. M. S. (1987) — *Proposta de classificação da Área Monumental da Cidade de Coimbra e suas Zonas de Protecção*. Processo Património Mundial (Proc.: 2014/CH.chDCH/3 — GCH, Pasta 3/8; Doc.: Ofício nº 12352, 24/11/1987). GCH, Coimbra.
10. Portugal. Comissão Nacional da UNESCO. AURÉLIO, D. P. (2001) — *Resposta aos ofícios 12120 e 32081 de 19/04 e 23/11*. Processo Património Mundial (Proc.: 2014/CH.chDCH/3 — GCH, Pasta 4/8; Doc.: Ofício nº 001829, 15/01/2001). GCH, Coimbra.
11. Portugal. Universidade de Coimbra. GCU (2005) — *Guião de Candidatura da Universidade de Coimbra a Património Mundial*. Processo Património Mundial (Proc.: Informações 2004 2005 2006 2007; Doc.: s.i.). GCU/GNI, Coimbra.

#### JOANA CAPELA

Licenciada em arquitectura pelo Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra. Publicou, em 2005, *Forno do Povo: o templo românico da arquitectura popular*, no âmbito da Prova Final de Licenciatura. Obteve o Diploma de Estudos Avançados em Arquitectura, em 2013.

Desenvolve dissertação de doutoramento em arquitectura no Darq da FCTUC, desenvolvendo pesquisa, estudos e trabalhos no âmbito das práticas de intervenção urbana em espaços classificados, tendo o processo de candidatura a Património Mundial da *Universidade de Coimbra — Alta e Sofia*, pela UNESCO, como estudo de caso.

Os seus interesses de investigação centram-se nas questões das candidaturas patrimoniais enquanto estratégia de gestão e do planeamento urbanos, políticas de gestão do património cultural, paisagens urbanas e o limite do património.

#### VITOR MURTINHO

Doutorado em Arquitectura pela Universidade de Coimbra (2002).

Exerce funções docentes desde 1988 na Universidade de Coimbra, sendo atualmente Professor Associado no seu Departamento de Arquitectura. É investigador do Centro de Estudos Sociais (CES) desde 2007.

Escreve com regularidade sendo autor de mais de seis dezenas de artigos de índole científica.

Actualmente é Vice-Reitor da Universidade de Coimbra.

Para uma nota biográfica e científica mais aprofundada, consultar

[http://www.ces.uc.pt/investigadores/index.php?action=biografico&id\\_investigador=119&id\\_lingua=1](http://www.ces.uc.pt/investigadores/index.php?action=biografico&id_investigador=119&id_lingua=1)